

RESPONSABILIDADE, ÉTICA E COMUNICAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE A TENSÃO ORGANIZAÇÃO-ECOSSISTEMA¹

Rudimar Baldissera²
rudimarbaldissera@bol.com.br

Marlene Branca Sóló³
brancasolio@terra.com.br

Resumo: Sob o paradigma da complexidade, reflete-se sobre responsabilidade e cidadania organizacional, ultrapassando as idéias difundidas pelo *marketing*. A noção de responsabilidade social não é da qualidade da estratégia. Trata-se de fundamento filosófico-epistêmico atualizado como princípio basilar do ser organizacional, tendendo a manifestar-se nas percepções e reflexões e ações/fazer organizacionais. Fluxo multidirecional, toma lugar no ambiente da organização, assim como nas relações dialógico-recursivas que estabelece com o entorno. Pode-se dizer que os níveis de responsabilidade social/cidadania materializados por determinada organização encontram possibilidades, temporalidades e intensidades de realização no fundamento epistêmico-filosófico que a rege. Evidencia-se, também, a importância do papel dos diversos agentes sociais como força de pressão para essa transformação.

Palavras-chave: comunicação, responsabilidade social, cidadania, organizações, ética/moral.

Interrogações

Caos ético-moral. Parece ser essa a sensação experimentada pela atual sociedade, por conta da ebulição de muitas e novas idéias/olhares, das possibilidades/potencializações tecnológicas/científicas, dos diversos ritmos (acelerados/(des)compassados), das novas relações de (des)organização e das diferentes posturas indivíduo/grupo(s), dentre outras coisas. A tensão que se atualiza entre esses elementos-força reconfigura/catalisa a sociedade, isto é, de alguma forma, implica uma transformação matricial. Ao mesmo tempo em que ela exige e imprime algum tipo de movimento social, também tende a criar um certo mal-estar, insegurança, resistência – quando não medo – frente ao novo que se apresenta.

Importa dizer que, como efervescência, esse movimento de (re)configuração pode remeter

¹ Este artigo é parte da pesquisa “Balanço Social: transparência ou estratégia de *marketing*”, que os autores desenvolvem na Universidade de Caxias do Sul.

² Relações Públicas, especialistas em Gestão de Recursos Humanos, mestre em Comunicação/Semiótica, Doutorando em comunicação. Professor nos cursos de Relações Públicas, Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Design e Turismo da Feevale e UCS.

³ Jornalista, especialista em História Contemporânea e em Novas Tecnologias, mestre em Comunicação. Professora nos cursos de Jornalismo e Relações Públicas da UCS.

(jogar) a sociedade para qualquer direção, inclusive para o caos. Na figura do caos sociocultural está-se inclinado a pensar especialmente no individualismo exacerbado⁴, que poderia levar ao fim das redes sociais. Aqui, não mais importariam as relações comprometidas com o outro (com a alteridade de qualquer natureza), mas, sim, os resultados individuais; os fins justificariam os meios.

Nesse sentido, observa-se que a questão do individualismo tem sido a grande pauta das atuais discussões ético-morais. É preciso que se atente, no entanto, para o fato de que, como processo sociocultural, a construção/transformação da moralidade e da ética não se dão no lugar do instantâneo. Essa conformação permite afirmar que o atual mapa das relações humanas está diretamente imbricado em um processo histórico que levou à mitificação da tecnologia e da ciência, e que objetivou a dominação do homem sobre a natureza, desprezando qualquer possibilidade de revés. Vale observar que, de acordo com Grun, “a predominância do humano sobre todas as coisas e criaturas do mundo tem seu marco filosófico moderno fundamental no pensamento de Descartes” (2002, p. 24). Esse paradigma investiu a ciência de caráter libertário, concebendo-a como a única forma de conhecer. ‘Com a’ e ‘pela’ ciência, a humanidade acreditava assumir as rédeas de seu próprio destino. Ainda hoje, em algum nível, essa concepção mantém-se basilar para muitas das possibilidades de conhecimento do mundo, isto é, somente é considerado verdadeiro aquilo que é da qualidade do científico.

Nessa direção, parece importante destacar uma concepção que, em algumas esferas, gera controvérsia: a pseudo-independência da ciência. Um olhar ingênuo tende a apontá-la como absolutamente independente dos fatores econômicos, premissa que parece cada vez mais utópica. No entanto, a perspectiva complexa exige que se pense o contexto em que ela se desenvolve/desenvolve, pois que a ciência não é asséptica ao meio mas sim tecida junto com os demais sistemas socioculturais. Portanto, atualiza relação de interdependência e interação com o entorno. Nesse sentido, o panorama histórico traçado por Chauí (2002), dá subsídios para melhor compreensão dessas relações. Segundo a autora, a propriedade, de patrimônio tribal, cuja célula era a grande comunidade, evoluiu para a divisão entre senhores e escravos, a exemplo dos grandes impérios do ocidente, como Grécia e Roma, e chegou a um terceiro estágio, a que denominou-se feudal, onde senhores são proprietários da terra e dos instrumentos de trabalho, enquanto artesãos livres integram as corporações dos burgos. No campo, a divisão social vai mostrar senhores fundiários e servos; na cidade estarão os artesãos

⁴ Sobre esse assunto ver Lipovetsky, 2004.

livres e os aprendizes. Nesse período aparece a figura intermediária do comerciante.

Ainda de acordo com Chauí, “as lutas entre comerciantes e nobres, o desenvolvimento dos burgos, do artesanato e da atividade comercial conduzem à mudança que conhecemos: a propriedade privada capitalista” (2002, p. 413-4). Esse modelo de relações sociais é o responsável não só pela sociedade como tal, mas também pela gênese do Estado. Assim, a partir do momento em que se institui a propriedade privada, torna-se impossível imaginar a pura hegemonia dos interesses coletivos. Estão instituídas a luta de classes e a disputa pelo poder, que vão encontrar na formação do Estado uma espécie de “mediador” (ou máscara). Sob esse prisma, segundo a autora, o estado moderno nada mais será do que a vontade expressa da classe dominante (proprietária) entregue a um “poder político” teoricamente representativo de toda a sociedade, mas por ela articulado. Chauí destaca que

[...] O estado precisa parecer como expressão do interesse geral e não como senhorio particular de alguns poderosos. Os não-proprietários podem recusar, como fizeram inúmeras vezes na História, o poder pessoal visível de um senhor, mas não o fazem quando se trata de um poder distante, separado, invisível e impessoal como o do Estado. Julgando que este se encontra a serviço do bem comum, da justiça, da ordem, da lei, da paz e da segurança aceitam a dominação, pois não a percebem como tal (2002, p. 415-6).

A partir disso, tem-se que ciência e tecnologia, instituídas como instrumentos de poder do homem, que se autopro põe senhor absoluto do universo⁵, apontam para uma estrutura social, cultural e econômica que avaliza a condição da burguesia como classe social dominante naquele que vai caracterizar o período moderno. Nesse contexto, as então emergentes relações entre indivíduos e grupos exigem uma reorganização social, moral e ética. Como desdobramento, tem-se a revolução industrial, espinha dorsal do modo de produção capitalista. O paradigma assim constituído atualiza/potencializa as tensões entre os detentores do capital e dos meios de produção e os fornecedores de mão-de-obra, introduzindo no modo de produção os conceitos que Marx chamaria de “alienação” e “mais valia”. Esse novo quadro remete à reflexão sobre as questões éticas da relação capital-trabalho e da relação que se estabelece entre as organizações (empresas que passam a se constituir) e a sociedade como um todo.

⁵ A semente da sociedade moderna está no século XVII, quando a mecânica newtoniana estabelece uma nova visão de mundo, no qual o mecanicismo é a única forma legítima de fazer ciência, desprezando e evitando associação com a sensibilidade. Senhor do seu destino, o homem despreza os saberes ecologicamente sustentáveis; o organicismo já não tem valor.

Para melhor compreender o atual quadro, parece importante traçar, também, uma breve cronologia da evolução da formação do Estado e da regulação política da sociedade. Os anos de 1644 na Inglaterra, 1776 nos Estados Unidos e 1789 na França marcam mudanças decisivas na estrutura política. Cai por terra o regime feudal, inaugurando a luta pela liberdade e igualdade. Instalam-se, a partir daí, sob comando da burguesia, os estados liberais.

Novo marco desponta na primeira metade do século 20, com a ascensão de movimentos ditatoriais, a exemplo do stalinismo, do nazismo e do fascismo e com duas guerras mundiais (1914/18 e 1939/45). A esse quadro seguem-se a divisão do mundo em dois blocos opostos – caracterizando o período chamado de guerra fria – e a instituição do Estado do Bem-Estar Social (*Welfare State*), implantado em países capitalistas avançados do hemisfério norte, como forma de defesa e prevenção contra a possibilidade de retorno do nazismo e expansão do comunismo. Frente à recessão mundial que desponta, o modo de produção capitalista promove nova reestruturação, chegando-se ao quadro atual, neoliberal, no qual privatização e desregulação são palavras de ordem, rumando celeremente para a globalização, com uma competitividade cada vez mais exacerbada e alimentada pela evolução tecnológica.

O mapa que se desenha nesse período é o da super-valorização do indivíduo em detrimento do respeito ao seu grupo e, mais do que isso, homem e natureza se dissociam. Sob a epistemologia cartesiana, o homem procede como se estivesse acima da natureza, sendo por isso seu senhor poderoso; acredita que tudo gira em função de si. Esquece o fato de que está/é ecossistemicamente tecido e que, portanto, ao destruir/desvalorizar a natureza, atinge/destrói a si. Essa asséptica distinção sujeito-objeto apresenta-se como responsável pela instituição (validação hoje discutível) do procedimento metodológico das ciências naturais. Importa dizer que, na perspectiva da tensão homem-natureza, o modo como ele passou a concebê-la e a relacionar-se com sua alteridade (inclusive com os seus semelhantes), foi/é um fundamental elemento desencadeador e catalisador da crise ecológica que se institui na contemporaneidade e com a qual o homem/sociedade começa a se preocupar. Essa preocupação, porém, pode ter duas vertentes: **a)** o esgotamento das matérias-primas renováveis, com o comprometimento do ecossistema e conseqüentemente da qualidade de vida; e **b)** o esgotamento das matérias-primas, como fator desencadeante da redução de lucros e da capacidade produtiva das organizações, preocupação tão perigosa quanto a matriz cartesiana de pensamento.

Atente-se para o fato de que, no desenrolar desse processo histórico, novas articulações sociais tendem a exigir novas posturas o que, muitas vezes, é percebido como

uma crise. Chegando à segunda metade do século 20, a sociedade vive ainda mais profundas transformações estruturais/ecossistêmicas (sociais, políticas, econômicas, culturais, científicas) o que exige/determina novo posicionamento nas questões da ética e da moral, com o objetivo de qualificar as relações, sob pena de comprometer a sobrevivência da humanidade. Essa nova postura atualiza-se em diversidade de movimentos e experimentações. Diferentemente do que propõe o paradigma cartesiano, trata-se de uma lógica que não busca universais, verdades absolutas. O definitivo deixa de ter validade. O pastiche, a soma, a multiplicidade e a tolerância/não-exclusão constroem-se em nova arquitetura, a do *complexus*.

Assim, o individualismo irresponsável que caracteriza o comportamento do homem cartesiano na sua relação com a natureza, não deixa de existir. Mais provável é que assuma diferentes nuances que vão desde altos níveis de comprometimento até a irresponsabilidade exacerbada. O que, por sua vez, vai atualizar diferentes níveis de confronto/tensão entre as várias concepções de ética/moral. Nesse sentido, de acordo com Lipovetsky (2004), será necessário que a sociedade e, especialmente, o Estado materializem ações para “gerar o comprometimento” e “levar à conduta comprometida”. Trata-se da consciência de que a sobrevivência da parte somente será possível pela sobrevivência do todo. Essa necessidade tem-se evidenciado pelo/no movimento sociocultural que dá vazão a um número cada vez maior de Organizações Não-Governamentais.

A este ponto, é preciso tecer algumas considerações histórico-sócio-culturais. Primeiramente, é necessário atentar para o fato de que o raquitismo a que foi guindado o Estado e o apetite insaciável do neoliberalismo levaram à concepção do Estado Mínimo que, por seu turno, inclinou-se/inclina-se a paralisar o Primeiro Setor, ou seja, o próprio Estado. Sob esse quadro, um Segundo Setor cresce, impulsionado por agentes privados visam a fins particulares. Ao mesmo tempo, a evolução célere dos processos de comunicação/informação, fruto da evolução tecnológica que objetivou o controle da informação, acabou por expor, também, a degradação da natureza, a luta de interesses, as más gestões, as disputas de poder, as tensões nas relações capital-trabalho, a massificação da cultura, a lógica da propina, dos cartéis, dos favorecimentos e do suborno⁶.

Assim, se por um lado a evolução das tecnologias da comunicação e informação foi/é fomentada para atender, dentre outras coisas, os desejos de controle sociocultural, por outro, os desvios, as experimentações, as resistências, as disputas, o diálogo, a recursividade, a

⁶ Sobre isso ver Thompson, O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia.

irreverência, os processos dispersivos, enfim, o saber-fazer sociocultural inventou/inventa⁷ outros usos e, em algum nível, apropriou-se/apropriou-se dessa tecnologia passando a empregá-la para materializar outros enunciados, falas e/ou discursos. É como se a tecnologia, dispersivamente, fugisse ao controle de seus controladores.

Outro aspecto a ser pontuado dá conta da constatação de que o enfraquecimento/neutralização do poder público, deixa descoberta uma série de demandas sociais básicas; ele está sem fôlego para atender às necessidades públicas. Em resposta, além de pressionar o Estado, a sociedade desencadeia um processo de pressão pública (cobranças) sobre o setor privado. Nesse contexto, toma corpo a noção de Terceiro Setor, ou seja, um lugar que articula os setores público e privado. Trata-se, conforme afirma Aquino Alves, do “[...] espaço institucional que abriga ações de caráter privado, associativo e voluntarista que são voltadas para a geração de bens de consumo coletivo, sem que haja qualquer tipo de apropriação particular de excedentes econômicos que sejam gerados nesse setor” (apud WOOD, 1999, p. 69). De alguma forma, a ocupação desse lugar, à medida que revisa/reposiciona/amplia as responsabilidades da iniciativa privada, alivia o peso das demandas eco-sócio-culturais que recaiam sobre o Estado.

Importa dizer que esse redimensionamento das responsabilidades do setor privado é especialmente catalisado a partir dos anos 1970, levando à atualização da noção de responsabilidade social corporativa. Essa concepção exige empresários comprometidos com as questões éticas (posturas/ações norteadas pela ética) e, ao mesmo tempo, empenhados em contribuir para o desenvolvimento econômico com o objetivo de qualificar a vida dos empregados, dos familiares e o entorno eco-sócio-cultural. Nessa direção, observa-se que, de acordo com Melo Neto e Froes, algumas das causas basilares para o rápido crescimento apresentado pelo Terceiro Setor são o/a:

crescimento das necessidades socioeconômicas; crise do setor público, fracasso das políticas sociais tradicionais; crescimento dos serviços voluntários; colapso do socialismo da Europa Central e do Leste; degradação ambiental, que ameaça a saúde humana; crescente onda de violência que ameaça a segurança das populações; incremento das organizações religiosas; maior disponibilidade de recursos a serem aplicados em ações sociais; maior adesão das classes alta e média a iniciativas sociais; maior apoio da mídia; maior participação das empresas que buscam a cidadania empresarial (1999, p. 10).

Se por um lado a iniciativa privada é convocada a ampliar suas ações em termos de

⁷ Perspectiva apresentada por Certeau no livro “A invenção do cotidiano”, 1994.

responsabilidade social, por outro, percebe que isso pode se reverter em ganhos de imagem, credibilidade, respeito e, fundamentalmente, lucros. Assim, fazendo uso do marketing social, empresas começam a investir mais intensivamente em programas e projetos sociais visando a obter “[...] retorno social, de imagem e de vendas. Tornam-se ‘empresas-cidadãs’ e ganham o respeito de todos: funcionários, clientes, fornecedores, governo, comunidade e opinião pública” (MELO NETO; FROES, 2001, p. 12, grifo do autor).

Cabe, então, questionar se a implementação de programas e projetos sociais, especialmente sob a perspectiva da promoção de marketing, caracteriza, efetivamente, uma empresa como cidadã. Se a mola propulsora dessa “cidadania” está nos objetivos de imagem/vendas, a atitude é realmente de cidadania? Até que ponto a noção de cidadania tem relação direta com a necessária implementação de ações sociais filantrópicas e/ou parterneristas que se caracterizam pela idéia de caridade?

Antes de prosseguir, é relevante observar o sombreamento das noções de responsabilidade social e filantropia. A filantropia tem caráter aleatório e descontínuo, pode ser episódica, enquanto a responsabilidade social é estratégica, planejada e contínua. “As ações de filantropia correspondem à dimensão inicial do exercício da responsabilidade social. Sua característica principal é a benemerência do empresário, que se reflete nas doações que faz para entidades assistenciais e filantrópicas” (MELO NETO; FROES, 2001, p. 79). Nesse sentido, pode-se dizer, desde aqui, que realizar filantropia não caracteriza a empresa como cidadã.

Contudo, não se está afirmando que não se deva realizar ações filantrópicas, até porque, em muitos casos, trata-se do que é possível fazer. Porém cidadania não se reduz ao exercício da caridade. Assim, a doação de uma vultuosa soma monetária para uma ONG não tornará cidadã a empresa que poluir o meio ambiente, que não recolher os impostos devidos e/ou não gerar lucros. Na mesma direção, parece ingênuo pensar que, sob o paradigma capitalista, as organizações possam/devam, simplesmente, sair fazendo doações, participando de todos os projetos sociais. A empresa tem, sim, a responsabilidade de gerar lucros para seus acionistas e manter-se atuante no mercado, o que não significa dizer que isso deva ser a qualquer custo. Para estar no mercado, a empresa não deve utilizar-se, dentre outros, de comportamento ilícito e/ou anti-ético.

Nesse sentido, a cidadania começa a ser construída pela empresa à medida que ela cumpre com suas obrigações de: gerar lucros; gerar e manter empregos; pagar salários dignos

(isto é, que dêem condições de alimentação adequada, saúde, habitação, educação, transporte e lazer); respeitar seu pessoal e demais públicos; recolher corretamente os impostos devidos; apresentar produtos e serviços com qualidade; evitar poluir o meio ambiente e/ou agir para neutralizar os possíveis/prováveis efeitos nocivos causados pelos níveis de poluição; agir para desenvolver permanentemente as pessoas que atuam na organização; qualificar o ambiente de trabalho; melhorar, cada vez mais, as condições de trabalho e a qualidade de vida do trabalhador. Quer-se dizer, com isso, que a construção da empresa cidadã principia pelo respeito aos seus deveres mais básicos, aqueles imprescindíveis para sua existência e/ou possibilidade de existir. Essa noção será referida, a partir deste ponto, pela expressão *indicadores de cidadania organizacional* nível 1 (ICO1). No mesmo sentido, é possível afirmar que não se terá cidadania organizacional enquanto esses indicadores basilares não forem satisfeitos.

Atendidos os ICO1, considera-se positiva a ação empresarial que, extrapolando esse lugar primeiro (mesmo que situacionalmente), satisfaça outras demandas sociais mediante ações de caráter filantrópico/doações, contínuas/estratégicas ou não. Para além das ações inerentes à sua gênese, a organização passa a agir sobre o entorno. Assim, sob o prisma dos *indicadores de cidadania organizacional* nível 2 (ICO2), procura minimizar, em algum nível, os problemas aí existentes, bem como estimular e tornar possíveis (mediante a criação de espaços, disponibilização de recursos e orientações especializadas, apoio com horas de trabalho e outras formas de doação) ações que, de alguma forma, possam qualificar o entorno e as relações que aí se atualizam. Como exemplos, pode-se destacar as doações que uma determinada empresa faz em situação pós-catástrofe; a simples doação de madeira para a construção de uma sala de aula para atender às crianças do bairro em que ela se localiza; e, ainda, o estímulo para que as pessoas que atuam na empresa passem a dedicar parte de seu tempo ao trabalho voluntário.

Em situação de maior complexidade (também após atender os ICO1), tem-se os *indicadores de cidadania organizacional* nível 3 (ICO3), atualizados em sérios projetos de desenvolvimento sociocultural, de redução das diferenças econômicas, de preservação ambiental, social e cultural, de desenvolvimento de pessoas, dentre outros. Dessa forma, as organizações, mais do que apenas atender aos ICO1, requisitos fundamentais para sua existência, optam por investir/agir no sentido de qualificar o entorno ecossistêmico. No entanto, não se trata de um deslizamento da organização no sentido de sobrepor-se/substituir ao/o Estado, mas de ação conjunta, em caráter dialógico, hologramático e recursivo. Pelos

ICO3, a organização assume-se como um agente que integra a teia social, sua construção e sua construtora. Consciente de sua articulação com os interesses da sociedade como um todo (e dela interdependente), procura dialogar e atuar em parceira com o Estado no sentido de desenvolvimento de projetos. Desse processo, sabe que as transformações não apenas incorrerão sobre o entorno, senão que também sobre ela. Porém, isso tenderá a não se apresentar como problema pois que optou por isso. Da mesma forma, essa postura tenderá a legitimar seu pertencimento sociocultural, fortalecendo seu poder simbólico. Com isso, é provável que a organização obtenha benefícios em imagem-conceito⁸, valor de marca, “reservas” de capital simbólico para superar situações de crise e, até, valor econômico agregado aos produtos e/ou serviços.

Quando a noção de responsabilidade social/cidadania assume centralidade como algo inerente à gênese da organização, fundamento basilar do “ser organizacional”, atualiza-se a idéia de *indicadores de cidadania organizacional* nível 4 (ICO4). Lugar de extrema complexidade, os ICO4 pressupõem que a possibilidade organizacional é diretamente interdependente de sua ação cidadã, isto é, em nível epistêmico, qualquer pensar, apresentar-se e/ou agir precisa estar legitimado pela postura ética, moral, responsável, cidadã. Trata-se do permanente compromisso ecossistêmico, portanto de um comprometimento com a sociedade o qual tende ao absoluto, por mais utópico que possa parecer.

Com base nesse quadro, é preciso ressaltar que a noção de responsabilidade social não é da qualidade da estratégia. Trata-se de fundamento filosófico-epistêmico que se atualiza como princípio basilar do ser organizacional, tendendo a fazer-se presente/manifestar-se nas percepções/reflexões, apresentações e ações/fazeres organizacionais. Fluxo multidirecional, toma lugar no ambiente da organização, assim como nas relações dialógico-recursivas que estabelece com o entorno. Então, pode-se dizer que os níveis de responsabilidade social/cidadania materializados por uma determinada organização encontram suas possibilidades, temporalidades e intensidades de realização no fundamento epistêmico-filosófico que a rege.

Na mesma direção, importa que se diga que a noção de responsabilidade social, como

⁸ “[...] a *imagem-conceito* é compreendida/explicada como um constructo simbólico, complexo e sintetizante, de caráter judicativo/caracterizante e provisório, realizada pela alteridade (recepção) mediante permanentes tensões, dialógicas, dialéticas e recursivas, intra e entre uma diversidade de elementos-força, tais como as informações e as percepções sobre a entidade (algo/alguém), o repertório individual/social, as competências, a cultura, o imaginário, o paradigma, a psique, a história e o contexto estruturado” (BALDISSERA, 2005, p. 279).

fundamento filosófico-epistêmico, prescreve que o agente socialmente responsável aja sobre o entorno de maneira comprometida com os interesses e necessidades ecossistêmicos. Não se trata, no entanto, da moral edificada a partir da doutrina judaico-cristã de “primeiro o outro” ou da “necessidade de subjugar-se à alteridade”. O que se afirma contempla a idéia de que a sociedade é um todo que articula e é articulado por suas partes, em relação de interdependência. Nesse sentido, o cuidado que se dispensa ao outro é, também, um cuidado dispensado a si mesmo. Agir para que o todo se mantenha saudável é agir em prol da própria sanidade.

Dito isso, importa destacar que: a) a noção de “cidadania organizacional” não guarda relação com a de imagem-conceito; b) boa gestão e/ou geração de lucros são pressupostos da responsabilidade social das organizações; c) responsabilidade e respeito ao meio ambiente, ao patrimônio da humanidade e ao indivíduo/sociedade são pressupostos inerentes e inalienáveis da cidadania organizacional; e d) efetiva prestação de contas, contemplando débitos (dentre outros, consumo de energia, índices de poluição, uso de recursos naturais não-renováveis, níveis de insalubridade) e créditos (investimentos/ações para o desenvolvimento eco-sócio-cultural) é condição para a transparência exigida sob a perspectiva da cidadania.

Sob esse prisma, tomando-se como exemplo os Balanços Sociais⁹, é possível afirmar que, de modo geral, consistem em instrumentos para relatar as ações que as organizações têm realizado no ambiente eco-sócio-cultural, ou seja, tendem a ressaltar os créditos da organização. No entanto, são poucos os Balanços que apresentam, mesmo que parcialmente, os débitos. Assim, vale questionar o quanto esse instrumento de responsabilidade social realmente cumpre sua função e, mais, até que ponto ele se caracteriza de fato como Balanço (sentido contábil do termo¹⁰). Para isso, deveria apresentar as ações organizacionais como de fato são (débitos/créditos) e, não, funcionar como mero instrumento persuasivo, coadjuvante no processo de construção da visibilidade com o pontual objetivo da autopromoção e espetacularização.

Sob a perspectiva da complexidade, evidencia-se que a constituição da atual arquitetura ecossistêmica não se apresenta como simples resultado de um processo linear e contínuo, conforme propõe o paradigma cartesiano. Antes, constitui-se em tecido semovente, construído pela interação dos diversos agentes/sujeitos socioculturais, tais como indivíduos,

⁹ Os Balanços Sociais são objeto da pesquisa em desenvolvimento desde 03/2003, conforme nota número 3.

¹⁰ Essa noção foi estudada em Baldissera e Sólito, 2004.

grupos, Estados, sindicatos, empresas, instituições, ongs. Em diferentes estados de tensão e exercendo níveis variados de poder, ao construírem a arquitetura ecossistêmica recursivamente perceberam-se presos a ela e por ela construídos, isto é, os agentes são sujeitos de suas próprias ações ou, no mínimo, das conseqüências delas.

Nessa arena de tensionamentos, embatem-se os diversos agentes sociais na defesa de seus interesses particulares e, mesmo, de grupos, o que poderia remeter à simples idéia de conflito/oposição permanente. Sob o viés racionalista¹¹, essa perspectiva se inclinaria a materializar um contexto esterilizante. Mas, sob um olhar de complexidade, esses tensionamentos podem ser compreendidos como processos dialógicos/dialéticos, húmus para o tecer/retecer sociocultural (*complexus*¹²). Isso significa dizer que todos os agentes sociais, são, em algum nível, responsáveis pela arquitetura social que se apresenta, bem como interdependentes no processo de sua construção.

Disso pode-se inferir que a responsabilidade social passa pela capacidade de o indivíduo perceber-se como interdependente do ecossistema. Assim, no caso específico das organizações, o exercício da responsabilidade social, o engajamento e a responsabilidade em relação ao outro, que em última análise traduzem um comportamento ético, são uma questão de opção, ou seja, implicam mais do que consciência. Nesse sentido, uma organização pode, perfeitamente, ter consciência das demandas de seu entorno, saber que sua conduta é prejudicial ao meio ambiente e nada fazer com relação a isso. Consciência não implica, automaticamente, em ética ou vontade.

Assim, cabe à sociedade a vigilância permanente sobre a conduta das organizações e suas conseqüências a médio e longo prazos. Na medida em que os indivíduos se eximirem desse papel também estarão sendo anti-éticos e irresponsáveis (cúmplices).

A este ponto, destaca-se que um dos motores da responsabilidade social e da ética empresarial é a processo comunicacional, pois que a comunicação não é apenas o veículo difusor de valores, mas seu instrumento de reprodução, transformação e consolidação. Além disso, quer parecer que a significação é um de seus lugares de realização. A comunicação, constitui-se em meio para mostrar e para efetivar a responsabilidade social, o que passa, inevitavelmente, pela transparência de princípios.

¹¹ No livro *Introdução ao pensamento complexo*, Morin (2001) opõe a idéia de racionalismo à de racionalidade.

¹² Sentido assumido sob o Paradigma da Complexidade desenvolvido por Morin (1996b, 2001, 2002a, 2002b).

Pode-se, portanto, inferir que, se o que é chamado de “responsabilidade social e/ou cidadania organizacional” limita-se ao nível de estratégia mercadológica, está-se falando de *marketing*. Isso implica dizer que, a responsabilidade social, como noção, não deveria apresentar-se/instituir-se/apoiar-se como/em simples orientação de comunicação/promoção de *marketing*. Pois, em uma organização responsável, o lugar da comunicação é o de dar visibilidade/divulgar suas ações, mas no caso de organizações descomprometidas com essa conduta, dever(ia)á ser o da transformação de paradigma, embora se saiba que essa atualização dificilmente acontece.

Justamente por isso é fundamental que se tenha presente o não menos (e talvez um dos mais) importante dos tensionamentos: “imaginário reprodutor” x “imaginário utópico”. De acordo com Chauí, “[...] enquanto o imaginário reprodutor procura abafar o desejo de transformação, o imaginário utópico procura criar esse desejo em nós” (2002, p. 136). Nesse tensionamento, a pressão por um comportamento ético das organizações deve ser o ponto de impulsão para uma sociedade melhor. Modificar e qualificar as relações capital/trabalho/sociedade passa pelo tensionamento dessas forças.

Bibliografia

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

BALDISSERA, Rudimar; SÓLIO, Marlene Branca. Balanço Social: transparência e/ou mistificação para lograr consenso?. In ARAUJO, Margarete Panerai (org.). **Responsabilidade social como ferramenta de política social e empresarial**. Novo Hamburgo: Feevale, 2004, p. 61-78.

BALDISSERA, Rudimar. **Imagem-conceito: anterior à comunicação, um lugar de significação**. Porto Alegre: 2004. 295 p. Tese (Doutorado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, PUCRS, 2004.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2002.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 4 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

GEERTZ, Cliford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1989.

GRUN, Mauro. **Ética e educação ambiental: a conexão necessária**. São Paulo: Papirus, 2002.

- LIPOVETSKY, Gilles. **Metamorfoses da cultura**: ética, mídia e empresa. Porto Alegre: Sulina, 2004.
- MELO NETO, Francisco Paulo de; FROES, César. **Responsabilidade social e cidadania empresarial**: a administração do terceiro setor. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.
- MORIN, Edgar. A noção de sujeito. In: SCHNITMAN, Dora Fried (Org.). **Novos paradigmas, cultura e subjetividade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996a, p. 45-58.
- _____. Epistemologia da complexidade. In: SCHNITMAN, Dora Fried (Org.). **Novos paradigmas, cultura e subjetividade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996b, p. 274-89.
- _____. **Introdução ao pensamento complexo**. 3. ed. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.
- _____. **O método 4**. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2002a.
- _____. **O método 5**: a humanidade da humanidade. Porto Alegre: Sulina, 2002b.
- SILVA, Juremir Machado da. **As tecnologias do imaginário**. Porto Alegre: Sulina, 2003.
- SOUSA, Ricardo Timm de. **Responsabilidade Social**: uma introdução à ética política para o Brasil do século XXI. Porto Alegre: R.T.S., 2003.
- THOMPSON, John B. **O escândalo político**: poder e visibilidade na era da mídia. Petrópolis: Vozes, 2002.
- WOOD, Thomaz J. R. ABC da terceira via. In **Carta Capital**. São Paulo: Confiança, 12.05.1999, p. 69.